



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS
ABRIGO DO POVO, CASA DA LEGALIDADE.
ADM: 2025/2026.

APROVADO

10/12/2025

Câmara Municipal de Marianópolis-TO

PARECER CONCLUSIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 018/2025, de 12 de novembro de 2025

Valmi Lopes Gonçalves
Vereador
Presidente

"Dispõe sobre concessão de benefícios fiscais para incentivos a projetos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida e ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social do Governo Federal, na forma que especifica."

Esta Comissão Permanente, com base no que estabelece o parágrafo único do artigo 46, I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, atenta às Leis Orçamentárias apresentadas à Câmara Municipal de Marianópolis, especificamente ao Projeto de Lei nº 018/2025, emite o seguinte **PARECER**:

João Marcos Rezendo
1º Secretário

1. DO RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 018/2025, de iniciativa do Poder Executivo do Município de Marianópolis do Tocantins, versa sobre a concessão de benefícios fiscais para incentivo a projetos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida e ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social do Governo Federal.

O PL nº 018/2025 é composto por 4 (quatro) artigos, estratificados em margens para concessão do benefício (art. 1º); autorização de doação de imóveis por parte do Poder Executivo para implementação do Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Habitação de Interesse Social; hipóteses de cancelamento dos benefícios outorgados no PL nº 018/2025 (art. 3º); e, data de publicação como marco de vigor da norma (art. 4º).

Passa-se à análise da legalidade e constitucionalidade do PL nº 018/2025.

Breve o relato.

2. DA ANÁLISE DO FEITO

O PL nº 018/2025 é **legal e constitucionalmente adequado**.

Conforme comentado, o Projeto de Lei nº 018/2025, de iniciativa do Poder



APROVADO
10/12/2025
Câmara Municipal - Marianópolis-TO

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS
ABRIGO DO POVO, CASA DA LEGALIDADE.
ADM: 2025/2026.

Executivo do Município de Marianópolis do Tocantins, dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais voltados ao incentivo de projetos habitacionais enquadrados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, ambos instituídos no âmbito da política pública federal de acesso à moradia.

Trata, na essência, de incorporação de Programa com sustentação do Governo Federal que **oferece isenção (art. 1º, § 1º) ou diminuição (art. 1º, § 2º) da carga tributária dos tributos municipais (ITBI, IPTU, ISS e taxas correlatas) para empreendimentos enquadrados nos Programas Federais de Habitação.**

A proposta normativa tem por finalidade viabilizar, em âmbito municipal, medidas de desoneração tributária que favoreçam a execução de empreendimentos destinados à população de baixa renda, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

De forma específica, o art. 1º do projeto estabelece as margens de concessão dos referidos benefícios fiscais, prevendo, em seu §1º, a possibilidade de isenção total de tributos de competência municipal – tais como o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e as taxas correlatas –, bem como, em seu §2º, a possibilidade de redução proporcional (50%) da carga tributária incidente sobre os empreendimentos habitacionais enquadrados nos programas federais supramencionados.

O art. 2º do projeto autoriza, ainda, o Poder Executivo Municipal a realizar doações de imóveis públicos de sua titularidade com a finalidade exclusiva de viabilizar a implementação dos projetos habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, observadas as normas pertinentes à alienação de bens públicos e os princípios da função social da propriedade e da política urbana.

O art. 3º estabelece as hipóteses legais de cancelamento dos benefícios fiscais eventualmente concedidos, vinculando a manutenção dos incentivos ao cumprimento das condições específicas previstas na legislação e na regulamentação aplicável aos programas habitacionais.

Por fim, o art. 4º define como termo inicial de vigência da norma a data de sua publicação, em consonância com o princípio da anterioridade nonagesimal inaplicável a normas de natureza não tributária ou que veiculem benefícios fiscais.

O Projeto de Lei nº 018/2025, portanto, insere-se no conjunto de instrumentos legislativos voltados à promoção da política habitacional de interesse social, reforçando o papel do Município como ente federativo colaborador na consecução dos objetivos constitucionais de erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e garantia do direito fundamental à moradia digna.

Breves são, portanto, os elementos centrais da proposição legislativa.

João Marcos Rezende
1º Secretário

Valmi Lopes Gonçalves
Vereador
Presidente



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS
ABRIGO DO POVO, CASA DA LEGALIDADE.
ADM: 2025/2026.

Passa-se à conclusão.

3. CONCLUSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o Projeto de Lei nº 018/2025, resolve exarar **parecer favorável** ante a legalidade e constitucionalidade de seu texto.

Encaminha-se à Presidência para fins de ciência para inclusão em pauta de sessão de julgamento pelo Plenário.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2025.


LUIS JÔNATAS ALVES DA SILVA

Presidente

JOSÉ DAVI SILVA RIBEIRO

Membro


ADAILTON PEREIRA DA COSTA

Relator

Valmi Lopes Gonçalves
Vereador
Presidente

APROVADO
10 / 12 / 2025

Câmara Municipal - Marianópolis-TO


João Marcos Rezendo
1º Secretário



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS
ABRIGO DO POVO, CASA DA LEGALIDADE.
ADM: 2025/2026.

Valmi Lopes Gonçalves
Vereador
Presidente

PARECER CONCLUSIVO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 018/2025, de 12 de novembro de 2025

APROVADO

10/12/2025
Câmara Municipal de Marianópolis-TO

"Dispõe sobre concessão de benefícios fiscais para incentivos a projetos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida e ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social do Governo Federal, na forma que especifica."

João Marcos Rezende
1º Secretário

Esta Comissão Permanente, com base no que estabelece o parágrafo único do artigo 47 do Regimento Interno desta Casa de Leis, atenta às Leis Orçamentárias apresentadas à Câmara Municipal de Marianópolis, especificamente ao Projeto de Lei nº 018/2025, emite o seguinte **PARECER**:

1. DO RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 018/2025, de autoria do Poder Executivo de Marianópolis do Tocantins, trata da concessão de benefícios fiscais voltados ao incentivo de projetos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida e ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, ambos do Governo Federal.

A proposta legislativa contém quatro artigos, que abordam: (i) as margens para concessão dos benefícios fiscais (art. 1º); (ii) a autorização para doação de imóveis pelo Poder Executivo visando à implementação dos programas habitacionais (art. 2º); (iii) as hipóteses de cancelamento dos benefícios concedidos (art. 3º); e (iv) a data de publicação como marco inicial de vigência da norma (art. 4º).

Breve o resumo.

2. DA ANÁLISE DO FEITO

Após depurada análise nos documentos que instruem o Processo Legislativo Municipal nº 018/2025, **referendamos sua legalidade**.

Conforme comentado, o PL nº 018/2025 trata da concessão de benefícios fiscais para incentivar projetos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida e ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, inseridos na política federal de acesso à moradia.



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS
ABRIGO DO POVO, CASA DA LEGALIDADE.
ADM: 2025/2026.

O art. 1º prevê a concessão de isenção total (§1º) ou redução proporcional de 50% (§2º) da carga tributária municipal — como ITBI, IPTU, ISS e taxas correlatas — para empreendimentos enquadrados nesses programas.

O art. 2º autoriza a doação de imóveis públicos municipais para a implementação dos projetos habitacionais, desde que observados os princípios da função social da propriedade e da política urbana, bem como as normas sobre alienação de bens públicos.

O art. 3º estabelece as hipóteses legais de cancelamento dos benefícios, condicionando sua manutenção ao cumprimento das exigências legais e regulamentares dos programas habitacionais. Já o art. 4º fixa a vigência da norma a partir da data de sua publicação, afastando a aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal por se tratar de norma concessiva de benefícios.

A proposta se insere no conjunto de **medidas legislativas voltadas à promoção da habitação de interesse social, fortalecendo a atuação do Município na realização dos objetivos constitucionais de combate à pobreza, redução das desigualdades e garantia do direito à moradia digna**

Passa-se à conclusão.

APROVADO
10 / 12 / 2025
Camara Municipal de Marianópolis-TO

3. CONCLUSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Controle, por seus membros infra-assinados, após analisar o Projeto de Lei nº 018/2025, resolve exarar **parecer favorável e opina pela regular tramitação, deliberação e votação do projeto.**

Encaminha-se à Presidência para fins de ciência para inclusão em pauta de sessão de julgamento pelo Plenário.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2025.

Valmi Lopes Gonçalves
Vereador
Presidente


ANTÔNIO RENATO DA SILVA
MOREIRA
Presidente


ELIZAINE FERREIRA DA SILVA
Membro


JOÃO MARCOS REZENDE
Relator


João Marcos Rezende
1º Secretário